



AS REFORMAS BERGOGLIANAS: ENTRE MUDAR PARA PERMANECER E PERMANECER PARA MUDAR

Fernando Cesar Buttignol*
João Miguel Teixeira de Godoy**

RESUMO

As demandas colocadas pelas mudanças de valores na sociedade, envolvendo a questão das mulheres, LGBT+, entre outras, apelam para uma tomada de posição da Igreja Católica como um todo, e não apenas para seus integrantes individualmente. Num ambiente em que a sociedade se abre ao futuro e ao diferente, as pessoas, bem como as instituições, ficam sujeitas à obrigação de ter que escolher entre as várias possibilidades de ser, de pensar e de fazer. Isso tudo lança luz sobre as instâncias de decisão da Igreja Católica, do seu sistema de direção bem como de sua superestrutura teológica. Apresentaremos a seguir a avaliação de alguns analistas e estudiosos do conjunto social da Igreja Católica Romana diante da questão da diversidade sexual.
Palavras-chave: Igreja Católica; homossexualidade; crise

THE BERGOGLIAN REFORMS: BETWEEN CHANGING TO LAST AND LASTING TO CHANGE

ABSTRACT

The demands for changes in values in society, involving the issue of women, LGBT+, among others, call for a position to be taken by the Catholic Church as a whole, and not just for its individual members. In an environment in which a society is open to the future and to the different, according to people, as well as institutions, there is an obligation to choose between the various possibilities of being, thinking and doing. This all sheds light on the decision of the Catholic Church,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-Campinas (2021). Bacharel em História pela mesma instituição (2017). Graduado em Odontologia pela Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo (1993). Especialista em Odontologia em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2001).

** Docente do PPG em Ciências da Religião e da Faculdade de História da PUC-Campinas. Doutor em História Econômica pela USP.



its governing system as well as its theological superstructure. We will present below the evaluation of some analysts and scholars of the social group of the Roman Catholic Church regarding sexual diversity.
Key-words: Catholic church; homosexuality; crisis

LAS REFORMAS BERGOGLIANAS: ENTRE CAMBIAR PARA QUEDARSE Y QUEDARSE PARA CAMBIAR

RESUMEN

Las demandas que plantean los cambios en los valores de la sociedad, que involucran el tema de las mujeres, LGBT+, entre otros, exigen una posición que sea asumida por la Iglesia Católica en su conjunto, y no solo por sus miembros individuales. En un entorno donde la sociedad está abierta al futuro y a los diferentes, las personas, así como las instituciones, están sujetas a la obligación de tener que elegir entre las diversas posibilidades de ser, pensar y hacer. Todo esto arroja luz sobre los órganos de toma de decisiones de la Iglesia católica, su sistema de gobierno y su superestructura teológica. Presentaremos a continuación la valoración de algunos analistas y estudiosos del grupo social de la Iglesia Católica Romana sobre el tema de la diversidad sexual.

Palabras clave: Iglesia Católica; homosexualidad; crisis

Em algum momento de suas reflexões sobre as instituições em geral e as religiosas em particular, Peter Berger afirma que no nível do discurso se resolvem problemas que na prática as instituições não podem ou não querem solucionar. A questão que vamos tratar aqui aponta para uma inversão curiosa dessa tese. Pois em determinadas circunstâncias e diante de determinados desafios, as instituições parecem pretender resolver na prática problemas que não querem ou não podem assumir no nível do discurso. Estamos nos referindo, sobretudo, à Igreja Católica Romana e ao modo como vem enfrentando na atualidade algumas questões limites: a ordenação de mulheres, a homossexualidade etc.

As questões limites mudam. Dependem de cada momento histórico que as formulam. A cisão da cristandade, a catequização dos povos não europeus, a tolerância religiosa, a liberdade de consciência e escolha, a separação Igreja e Estado, o liberalismo, o socialismo, entre outras



questões. Mediados pelo apelo à tradição e pela defesa do seu caráter divino e da natureza transcendental das origens, a Igreja Católica fez-se historicamente na modernidade no embate com esses problemas. Momentos de embate lidos, pelos observadores externos principalmente, mas também pela esfera pública das mídias, na perspectiva do tema da crise enquanto uma perspectiva interpretativa. Mas isso possui um pano de fundo histórico. Está relacionado, segundo Koselleck (2007), com a consciência moderna do tempo e da história bem como com a valoração positiva e legitimidade da mudança social em relação às permanências e tradições (Reinhart KOSELLECK, 2007). Crise pode ser entendida tanto como momento de decisão quanto momento de desestabilização. Aplicando o modelo interpretativo na análise no atual contexto da Igreja Católica, afirma Kaufmann:

Tomando por referência o campo semântico das palavras gregas *kri-nein* (diferenciar, decidir) e *krisis*, podemos, de um lado, entender por crise o momento decisivo em que a continuação de um processo (...) se decide por uma determinada direção (...). De outro, fala-se de crise quando condições sociais se desestabilizam, parecendo ameaçadas e ameaçadoras, especialmente se desaparece a confiança que uma parte considerável dos envolvidos tem na próspera sobrevivência do estado atual. (Franz-Xaver KAUFMANN, 2013, p. 118).

Para a crise da Igreja Católica envolvendo os casos de pedofilia e abusos sexuais por clérigos, crise interna portanto, Kaufmann aposta no segundo sentido. Entretanto, para o tema que nos interessa aqui, podemos pensar no primeiro sentido de crise. Ou seja, as demandas colocadas pelas mudanças de valores na sociedade, envolvendo a questão das mulheres, LGBT+, entre outras, apelam para uma tomada de posição da instituição como um todo, e não apenas para seus integrantes individualmente. Apresentaremos a seguir a avaliação de alguns analistas e estudiosos da trajetória da Igreja Católica Romana nesse momento atual.

A postura historicamente reticente da Igreja Católica sobre as homossexualidades sofreu mais um impacto com as reformas bergoglianas a partir de 2013. Anteriores aos acenos positivos do Papa Francisco à comunidade LGBT+, alguns aspectos da modernidade como a destradicionalização e a concorrência religiosas, as sociedades plurais e a



gramática dos Direitos Humanos, já vinham desafiando a tradição e o conservadorismo católicos¹ quanto à moral sexual.

Mas antes de tudo, um breve esclarecimento. A sigla LGBT, consagrada em 2008 na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foi assim definida pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, a partir das palavras do ministro Celso de Mello:

A sigla LGBT, no contexto dos debates nacionais e internacionais sobre a questão da diversidade sexual e de gênero, tem sido utilizada para designar a comunidade global das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, além de outras definidas por sua orientação sexual ou identidade de gênero [...] a comunidade LGBT, longe de constituir uma coletividade homogênea, caracteriza-se, na verdade, pela diversidade de seus integrantes, sendo formada pela reunião de pessoas e grupos sociais distintos, apresentando elevado grau de diferenciação entre si, embora unidos por um ponto comum: a sua absoluta vulnerabilidade agravada por práticas discriminatórias e atentatórias aos seus direitos e liberdades fundamentais (Supremo Tribunal Federal, 2020, p. 51).

Catorze anos se passaram desde a consagração da sigla, acompanhados de um aumento expressivo de termos inclusivos, como assexuais, *queer*, *crossdresser*, transformistas, pansexuais, entre tantas outras possibilidades no universo da diversidade sexual e de gênero. Dessa forma, para uma maior inclusão, adotaremos a sigla LGBT+. Voltando ao tema. De forma complementar, ao despir-se do papel de juiz dos homossexuais², ao privilegiar as “periferias existenciais” e alertar que “os verdadeiros defensores da doutrina não são os que defendem a

¹ De acordo com Caldeira (*apud* Passos & Jesus, 2020, p. 650-651), “o tradicionalismo é uma tendência humana, um ‘conservadorismo natural’ de todos os homens, já que todos eles visam conservar, o mínimo que seja, seu mundo de significados” ou “uma atitude psicológica geral que se expressa em diferentes indivíduos como uma tendência a agarrarem-se ao passado e como um medo de inovações”. Já o “conservantismo” ou “conservadorismo” seria um “tradicionalismo tornado consciente” ou “um movimento consciente e reflexivo desde o início, surgindo como oposição a um movimento progressista sistemático e coerente, dotado de organização”.

² Refiro-me à afirmação feita por Francisco durante a entrevista que concedeu à repórter da rede Globo, Ilse Scamparini, no voo de volta à Itália depois da visita ao Brasil, em 29/07/2013. “Se uma pessoa é gay, busca Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?”



letra, mas o espírito; não as ideias, mas o ser humano; não as fórmulas, mas a gratuidade do amor de Deus e do seu perdão” (Luís Corrêa LIMA, 2016, p. 135), o Papa Francisco busca dialogar com uma Igreja que “vive uma conjuntura inédita que soma distintas mentalidades e práticas, distintos valores e sujeitos no interior do mesmo corpo eclesial” (João Décio PASSOS, 2017, p. 357), num contexto de guerras culturais onde as oposições e resistências ao reconhecimento das minorias sexuais estão em todos os níveis, por todos os lados, gerando conflitos internos, em razão do número significativo de homossexuais e de seus defensores dentro da Igreja e conflitos externos, advindos do Estado progressista e dos fiéis, especialmente os homossexuais, uma vez que “a homossexualidade pode ser acionada para explicar os momentos de trânsito entre tradições religiosas ou entre denominações em uma mesma tradição” (Maria das Dores Campos MACHADO & Fernanda Delvalhas PICCOLO, 2010, p. 231). Mas teriam as sexualidades periféricas, especialmente as homossexualidades, força para interferir e mudar o conjunto social da Igreja Católica? Em quais níveis deste conjunto? Com qual intensidade? No Brasil, essas questões, vem sendo tratadas numa abordagem predominantemente sociológica, tal como sugerida por Passos (2017). Elenamos artigos publicados em revistas de Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião e Teologia, por autores de diferentes formações acadêmicas, a fim de investigarmos como algumas perspectivas estão sendo construídos e se abrindo para o debate. Preocupam-se, sobretudo, com os efeitos sobre a Igreja Católica desta:

Perfomance erótica que carrega na sua própria essência aspectos explosivos, representando uma verdadeira revolução nos costumes, na medida em que questiona, ameaça e pode destruir os mesmos alicerces em que se escoram a moral e a sexualidade na cultura tradicional do Ocidente (Luiz MOTT, 2001, p. 42).

Entre os autores, a postura geral entende que foi a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) que se inaugurou o diálogo mais receptivo e menos reativo da Igreja Católica com a modernidade. Embora tenha reconhecido a separação entre Igreja e Estado, privilegiado a liberdade de consciência, a releitura do Evangelho e a interpretação da Bíblia pelo



método histórico-crítico, admitido a importância das Ciências profanas, principalmente da Psicologia e da Sociologia, junto à Teologia, para a melhor compreensão e desenvolvimento dos seres humanos, poucas foram as mudanças nas mentalidades eclesiais, desde o Concílio de Trento (1545-1563)³ até João Paulo II (1978-2005), sobre o tema da diversidade sexual, mesmo com o aumento vertiginoso da visibilidade da comunidade LGBTQ+ e sua luta por cidadania, a partir dos anos 1970. Embora no papado de Bento XVI (2005-2013) tenha havido um apelo da Igreja Católica para a descriminalização da homossexualidade em todo mundo, incluindo nos países muçulmanos, além da condenação de toda forma de violência física e verbal contra pessoas homossexuais - uma mudança significativa na história da Igreja, sem dúvida - no entanto, a identidade de gênero e a orientação sexual ainda sofriam discriminação. Entretanto, o papado de Francisco, iniciado em 2013, vem se mostrando um pouco mais ousado na abordagem da questão, comparado aos papas anteriores. Francisco convocou o Sínodo dos Bispos, uma consulta às dioceses de todo o mundo para uma reflexão do Evangelho sobre o tema da família, uma vez que “as conferências episcopais trazem contribuições importantes à inculturação e à pastoral, que são fruto de reflexões e práticas contextualizadas em diferentes realidades, com suas tradições e desafios” (Luís Corrêa LIMA, 2017, p. 32). De forma inédita, o Sínodo, iniciado em 2013, incluiu quatro perguntas sobre as uniões homoafetivas:

- Existe no vosso país uma lei civil de reconhecimento das uniões de pessoas do mesmo sexo, equiparadas de alguma forma ao matrimónio?
- Qual é a atitude das Igrejas particulares e locais, quer diante do Estado civil promotor de uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, quer perante as pessoas envolvidas neste tipo de união?

³ Embora o Concílio de Trento tenha consolidado o celibato e a confissão como formas reguladoras do corpo e do prazer, além da punição dos atos homoeróticos, os concílios anteriores de Elvira (306) e de Arles (314) “já apresentavam alguns indicativos em torno da relevância atribuída ao celibato clerical e das legislações sobre o controle sexual” e delimitar as fronteiras entre cristãos e não-cristãos (Eliane Rose MAIO; Jean Pablo Guimarães ROSSI, 2021, p. 125-126).



- Que atenção pastoral é possível prestar às pessoas que escolheram viver em conformidade com este tipo de união?
- No caso de uniões de pessoas do mesmo sexo que adotaram crianças, como é necessário comportar-se pastoralmente, em vista da transmissão da fé?⁴

Certamente Francisco já previa uma grande dificuldade em encontrar um consenso para as diferentes respostas. Não obstante, a exortação pós-sinodal, assinada em março de 2016, ganhou o nome *Amoris Laetitia*⁵ - “A alegria do Amor”, orientador do magistério eclesial. Neste documento, o Papa atenta para a importância das tradições e desafios locais para a evangelização, alerta contra o moralismo dentro da Igreja e para os perigos dos estudos de gênero, há décadas vistos de forma negativa pela Igreja, por exaltarem o individualismo liberal e o socialismo de inspiração marxista⁶, ameaçando a estrutura familiar binária e heteronormativa. A antropologia da ideologia de gênero, nesse sentido, maximiza a dimensão cultural e minimiza as diferenças sexuais entre homem e mulher, buscando a liberdade dos próprios condicionantes biológicos⁷. De modo enfático e contrário, a Igreja reforça as diferenças entre os sexos e, no caso dos homossexuais, não há comparação com o desígnio divino do matrimônio e família, embora deva-se “acolher, orientar e incluir”. “Manter, na medida do possível, a família sob seu controle ideológico, se não jurídico, parece ser de crucial importância para a sobrevivência institucional da Igreja”, já notava Pierucci (1978, p. 15). No entanto, nem todas as dioceses concordaram com tais posturas, especialmente as alemãs e suíças, que responderam à consulta de forma bastante crítica, em defesa da liberdade de identidade de gênero e da orientação sexual, do reconhecimento do matrimônio homossexual pela Igreja e da adoção de filhos por casais homossexuais.

⁴ Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20131105_iii-assembly-synod-vescovi_po.html. Acesso em 16 nov. 2021.

⁵ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html. Acesso em: 3 nov. 2021.

⁶ Nas palavras do cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, em documento pontifício de 1999.

⁷ Documento da Congregação para a Doutrina da Fé, de 2004, assinado pelo então cardeal Ratzinger.



Enquanto as posturas oficiais, pressionadas pelas estruturas eclesiais, com suas “formas mentais resistentes e uma forte inércia, que podem entrincheirar a instituição eclesial numa atitude defensiva, longe das periferias existenciais, do drama das pessoas e da compreensão do seu ponto de vista” (Luís Corrêa LIMA, 2017, p. 44), associam a homossexualidade ao erro, quando não à desordem e à anti-natureza, opondo-se às uniões homoafetivas e aos estudos de gênero, é no ensinamento regional, com “as igrejas locais, suas iniciativas apostólicas e a reflexão teológica” onde se pode avançar mais, “criando um ambiente eclesial favorável para mudanças futuras de maior alcance” (Luís Corrêa LIMA, 2016, p. 135). Nesse sentido, teólogos como Giannino Piana, Todd Salzman e Michael Lawler – no Brasil destaca-se o padre Júlio Lancellotti⁸ – despontam como grandes colaboradores, além dos próprios gestos públicos do Papa, que recebeu a visita do transexual Diego Neris e de sua companheira Macarena e do ex-aluno e amigo gay Yayo Grasso e seu companheiro.

Para Passos & Jesus (2020, p. 644), “o fenômeno LGBT é uma realidade humana, é um fato histórico”, que reclama um olhar humanizado e fraternal da Igreja no espírito do Concílio Vaticano II e das “periferias existenciais” e que encontra ressonância nas palavras e gestos do sumo pontífice. Francisco usou as palavras gay e homossexual em alguns dos seus discursos de forma tranquila e sem tons de condenação. No entanto, a “ala conservadora” da Igreja tem sido um grande obstáculo para as posturas progressistas de Francisco e para o diálogo com a comunidade LGBT+. Enxergam o Concílio Vaticano II como uma ruptura com a tradição da Igreja Católica e atuam de forma agressiva nas redes sociais, demonizando a esquerda política e sua ligação com o “comunismo” e a Teologia da Libertação. São os “catolibãs”, uma mistura entre católicos e talibãs afegãos, de acordo com o pesquisador Jorge

⁸ De acordo com Lancellotti, “Na missão pastoral tenho conversado com vários LGBTs que estão pelas ruas da cidade, alguns doentes, feridos, abandonados. Muitos relatam histórias de violência, abuso, assédio, torturas e crueldades. Alguns contam como foram expulsos das igrejas e comunidades cristãs, rejeitados pelas famílias em nome da moral. Testemunhei lágrimas, feridas, sangue e fome. Impossível não reconhecer neles a presença do Senhor Crucificado”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AmigoseTribos/photos/a.148340121963620/666055623525398>>. Acesso em: 18 nov. 2021.



Alexandre Alves. São parte destes segmentos tradicionalistas católicos a Associação Cultural Montfort, os Arautos do Evangelho e cardeais como Walter Brandmüller, Raymond L. Burke, Carlo Caffarra e Joachim Meisner, além do site católico *LifeSiteNews*.

No Brasil, os grupos deste perfil com mais repercussão são a Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura⁹, fundada em setembro de 2016 no Rio de Janeiro, e o *blog* tradicionalista *Fratres in Unum*¹⁰, criado em treze de junho de 2008, no dia de Santo Antônio, “martelo dos hereges”.

Independentemente das investidas de sujeitos eclesiais contrárias às posturas do papa quanto à diversidade e moral sexuais, é importante ressaltar que muitos católicos LGBT+, enquanto sujeitos históricos, têm reivindicado visibilidade na Igreja, sem subordinarem-se às regras que condenam a prática da sexualidade, enquanto alguns teólogos (LGBT+ ou não) reforçam a importância de uma interpretação bíblica fundada na historicidade. Nessa guerra, Francisco se equilibra entre as demandas de uma sociedade moderna e “a força institucional milenar que pesa sobre seus ombros”, sem “esquivar-se de temas polêmicos”, privilegiando “pessoas concretas e não estruturas” (João Décio PASSOS & Leomar Nascimento de JESUS, 2020, p. 658) em seu paradigma pastoral.

Pierucci (1978) escreveu sobre a baixa interferência da Igreja Católica na vida privada dos fiéis na modernidade religiosa:

Ser católico (mesmo praticante) e desobedecer às normas da Igreja não são realidades que se excluem mutuamente; colidem, muitas vezes, mas se misturam sempre, em uma grande variedade de modos, na vida e no auto-reconhecimento dos diferentes grupos de fiéis (Antônio Flávio de Oliveira PIERUCCI, 1978, p. 7).

Tudo indica, entretanto, que muitos homossexuais continuam fiéis ao catolicismo sem abandonar a orientação sexual, revelando um desencontro entre os discursos normativos da Igreja e as vivências religiosas na modernidade, reforçado por um campo laico constituído

⁹ Disponível em: <https://centrodombosco.org/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://fratresinunum.com/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

pelo Estado e pela sociedade civil organizada, mais acolhedores nos direitos às liberdades. Peixoto (2020, p. 168), partindo de uma análise de documentos normativos eclesiais sobre a homossexualidade, constatou que “o contexto geral dos documentos oficiais do magistério católico [...] reconhece somente as relações sexuais entre homem e mulher, bem como o matrimônio entre eles para a constituição do núcleo familiar como sendo instituições naturais e agradáveis a Deus”. Desde o documento conclusivo do encontro de Medellín, em 1968, passando pelo *Persona Humana* (1975) e a *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais* (1986), ambos documentos pontifícios da Congregação para a Doutrina da Fé, passando pelo *Catecismo da Igreja Católica* (1992), que vigora até os dias atuais e pelo *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (2004), um documento do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, encontramos uma voz uníssona: a homossexualidade é um erro. Com o pontificado de Francisco, de acordo com a autora, embora haja espaço para acolhimento, menos julgamento e mais compreensão, ainda se reforça a doutrina conservadora, conforme a exortação “A alegria do Amor”, de 2016. A Igreja ainda vacila entre acolhimento e rejeição.

Ao mesmo tempo, como já observaram Lima (2015, 2016) e Passos & Jesus (2020), as declarações oficiais nem sempre correspondem às declarações não-oficiais de bispos e padres ao redor do mundo, como os casos do padre e teólogo espanhol Marciano Vidal, do bispo de Caicó-RN, Dom Antônio Carlos Cruz Santos, do frei Ricardo Aguadé e de grupos de pastorais católicas como o do Santuário São Judas Tadeu, de Belo Horizonte, atuante desde 2016 e do *Diversidade Católica*, em ambiente virtual desde 2007, ambos reconhecidos por autoridades eclesiais. Todos esses sujeitos parecem conduzir a uma ética religiosa renovada, mesmo que de forma lenta, mas progressiva. O ritmo acelerado da modernidade e a complexidade das mudanças impostas pelos fiéis na atualidade são um desafio para a Igreja Católica, costumeiramente conservadora e morosa, coexistindo rupturas e continuidades. Nesse sentido, concomitante com uma ampla publicidade e visibilidade de autores católicos dissidentes ou críticos, mesmo enfrentando fortes resistências, outros discursos produzidos por:



Teólogos, moralistas e pastores católicos, ainda que carregados de uma convicção discursiva libertadora e do desejo por renovação, acontecem num ambiente “clandestino” e abafado pela autoridade máxima. O poder institucional ainda se presta à manutenção de uma hegemonia heterossexual e machista (Maria Cristina Leite PEIXOTO, 2020, p. 175)

Em um estudo sobre a relação da pedagogia católica e a construção de gêneros e sexualidades em seminaristas, Maio & Rossi (2021, p. 132) destacaram que “rapazes homossexuais estão presentes nos seminários e é preciso encarar as múltiplas formas com que grupos vocacionais, seminários, paróquias e ademais comunidades católicas, lidam com estes sujeitos”, herdeiros de uma pedagogia medieval trentina heteronormativa. Nesse sentido, segundo esses autores, a punição dos corpos “impuros”, a patologização da masturbação, o policiamento de gestos, atitudes e comportamentos supostamente “afeminados”, não só funcionariam como dispositivos reguladores e repressores, mas também como estimuladores de prazeres e saberes, levando muitos seminaristas a “driblar, dissimular, disfarçar e camuflar” sua orientação sexual. No entanto, nem todos os seminaristas vivem em sofrimento, mas conseguem harmonizar sexualidade e sacerdócio. De qualquer forma,

Tais questões nos indicam a urgência de problematizarmos as temáticas de gênero e homossexualidade na vida dos sacerdotes e candidatos ao sacerdócio, uma vez que, apesar das leis clericais vigentes, tais marcadores estão imbricados com suas vivências, experiências e trajetórias (Eliane Rose MAIO; Jean Pablo Guimarães ROSSI, 2021, p. 148).

Observarmos, assim, um certo consenso, entre os autores selecionados para esta pesquisa, em torno da ideia segundo a qual as pautas ligadas à diversidade sexual, ao se encontrarem com a longa tradição da Igreja Católica, atingem de formas e intensidades diferentes o conjunto social da mesma. Retomando ainda Passos (2017, p. 356), no caso do pontificado de Francisco,

Trata-se de um projeto reformador (um carisma renovador), em ebulição dentro de uma tradição consolidada (em doutrinas e costumes), no interior de uma burocracia constituída (nas estruturas e nos funcionamentos institucionais e legais) e no ambiente de uma cultura eclesial objetivada (em normas e práticas rotineiras).

E que vem encontrando todos os tipos de resistência, criando, ao mesmo tempo, “duas Igrejas” e “duas identidades eclesiais”, que se relacionam dialeticamente.

Parece um consenso também a seguinte postura: todos os documentos oficiais e universais emitidos pelo conjunto institucional da Igreja Católica, dirigidos ao grande público, ao conjunto eclesial, às nações ou órgãos internacionais, abordam a homossexualidade negativamente e, de forma essencialista e generalizante, confirmam a heterossexualidade. Percebe-se, de imediato, a impossibilidade de uma mudança geral e imediata de nível estrutural na postura da Igreja, pois isso a obrigaria reconsiderar suas posições doutrinárias, com novas interpretações bíblicas e da lei natural. Uma mudança estrutural pressupõe mudanças políticas e culturais, além de um consenso entre os sujeitos eclesiais. Francisco tem as estruturas eclesiais na sua mira, conhece suas formas de resistência e confia em uma mudança gradual, que, ao atingir as partes, alcançará o todo. Ou não. Ele reconhece o desafio de transformar as mentalidades, de reformar os pensamentos para que as reformas institucionais/estruturais ocorram (João Décio PASSOS, 2017, p. 367). Convém mencionar que a maioria desses documentos universais estrutura a pedagogia católica, podendo afetar negativamente todo um conjunto de clérigos e fiéis que não se enquadram na heteronormatividade.

Simultaneamente, a renovação cultural proposta por Francisco parece ganhar mais força nas periferias do que no centro do poder eclesiástico. São bispos, padres e freis ao redor do mundo, ligados às realidades concretas culturais e sociais, que têm se colocado de forma positiva e inclusiva em relação à homossexualidade. Todos homens, é verdade, revelando certa supremacia masculina na produção de discursos sobre a sexualidade dentro da Igreja. Mesmo assim, são esses sujeitos eclesiais periféricos, da esfera do cuidado pastoral, que tensionam a cultura e a política eclesiais, que impõem ao centro as duras realidades vividas pela comunidade LGBT+, parte das “periferias existenciais” às quais Francisco pede atenção, compreensão e acolhimento.

Além disso, em uma sociedade estruturada em redes digitais, a conta do Twitter do Papa Francisco (@Pontifex_pt) tem mais de 5 milhões de seguidores, sendo o espaço público no qual ele se comunica



diretamente com os fiéis. Ao utilizar esse espaço para divulgar suas intenções e adquirir visibilidade, Francisco deu às reformas um inovador caráter público. Alguns fatos, que antes enfrentavam maior dificuldade de difusão, encontram-se agora expostos nas plataformas digitais para debates e apreciações e qualquer posicionamento público de Francisco sobre a diversidade sexual tem repercussão imediata nas redes sociais, gerando atrações e aversões. É também por meio das redes sociais que coletivos religiosos pró-diversidade se organizam e atuam na sociedade, como o coletivo *Diversidade Católica* e a *Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT*, ambos com contas no Instagram e que têm, entre seus seguidores, o padre Júlio Lancellotti. Nesse sentido, as redes são espaços públicos para “um treinamento das mudanças a serem efetivadas, mas também da construção de consenso, à medida que as informações se ampliam para um público sempre maior, feito de simpatizantes e até militantes das reformas” (João Décio PASSOS, 2017, p. 371).

Convém recordar que foi a partir do IX e último Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em 1996, que a Igreja Católica deixou de protagonizar e passou a dividir, de forma mais simétrica, com os agentes governamentais e não governamentais, “o campo discursivo de disputa pelos significados e pelas concepções que os Direitos Humanos irão incorporar no contexto democrático” (Carlos Alberto STEIL & Rodrigo TONIOL, 2012, p. 13). Curiosamente, foi nesse mesmo encontro que se discutiu o esboço do Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos - o PNDH-1 - o qual incluiu, pela primeira vez, a temática dos Direitos das Mulheres e as questões de gênero ganharam relevância e “o protagonismo dos pobres, como sujeitos privilegiados dos Direitos Humanos, dá lugar ao das mulheres e dos gays” (Carlos Alberto STEIL; Rodrigo TONIOL, 2012, p. 11). As ideias que sustentam a chamada “ideologia de gênero” nasceram no seio da própria Igreja Católica, quando Bento XVI, então cardeal Ratzinger, em 1997, já alertava quanto aos perigos da “perspectiva de gênero”. De acordo com Miskolci & Campana (2017), as evidências históricas apontam que:

A luta contra o que denominam de “ideologia de gênero” emerge como reação católica à disseminação da agenda feminista por igualdade a partir da Conferência de Beijing (1995), mas ganha força no



contexto latino-americano, em especial sul-americano, no início desse milênio, quando chegam à Presidência partidos de esquerda e, a partir de 2006, algumas mulheres tornam-se presidentes.

Como vimos anteriormente, Francisco se diz inquieto com os estudos de gênero, pois remover a diferença entre os gêneros seria um problema e não a solução, e pergunta-se: “se a chamada teoria do *gender* não é também expressão de uma frustração e resignação, que visa cancelar a diferença sexual porque já não sabe confrontar-se com ela”. Para Luís Corrêa Lima (2016, p. 132), “felizmente ele formulou sua objeção aos estudos de gênero em forma de pergunta, sem execração, ao contrário de seus antecessores”. Em setembro deste ano Francisco comentou:

A ideologia tem sempre um fascínio diabólico porque não está encarnada [e] devemos desmascará-la em suas raízes. A “ideologia de gênero” da qual você fala é perigosa porque é abstrata em relação à vida concreta de uma pessoa, como se uma pessoa pudesse decidir abstratamente à sua vontade se e quando será um homem ou uma mulher. A abstração para mim é sempre um problema [e] isto não tem nada a ver com a questão homossexual. Se existe um casal homossexual, podemos fazer um trabalho pastoral com eles, ir em frente no encontro com Cristo”.

Francisco preocupa-se com casos reais e não imaginários. Quanto ao feminismo, ele o aprecia “quando não pretende a uniformidade nem a negação da maternidade”, ou seja, a mulher tem um dever e uma missão, próprios do seu “gênio” e que caracterizam a sua grandeza. De qualquer forma, na dissertação de mestrado sobre as controvérsias nas relações entre religião e reprodução humana, orientado por Cândido Procópio Camargo, Pierucci (1978) recomendava:

Focalizar a Igreja Católica como uma instituição social especificamente empenhada na produção e veiculação de ideologias [que] manipula símbolos, inculca normas e propõe valores - no discurso público, no aconselhamento individual, nas mais diversas oportunidades de prática pastoral ou “cura de almas” - com vistas a articular, controlar,

11 Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-09/francisco-desmascarar-as-ideologias-fascinio-diabolico.html>. Acesso em: 22 nov. 2021.



convalidar o comportamento de indivíduos e grupos (Antônio Flávio de Oliveira PIERUCCI, 1978, p. 8).

Finalmente, o que os homossexuais, fiéis ou não, e mesmo os “simpatizantes” podem esperar da Igreja Católica sob o pontificado de Francisco? Os autores concordam que só o tempo poderá dizer. Embora otimistas, já que vivemos uma conjuntura político-cultural propícia para as mudanças, existem fortes oposições às reformas bergoglianas, sobretudo àquelas ligadas à moral religiosa, tão caras às instituições católicas. Não há garantias. No entanto, algumas mudanças doutrinárias como o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo (o casamento religioso é ainda negado), o acesso de casais homossexuais aos sacramentos e o questionamento dos textos bíblicos usados no catecismo para condenar a prática da homossexualidade, além da consulta feita pelo papa aos bispos sobre as uniões homoafetivas, o reconhecimento do termo LGBT, as manifestações públicas de respeito e acolhimento de homossexuais e transexuais, sinalizam que os novos tempos dificilmente retrocederão e as formas de interpretação da sexualidade continuarão em um “embate de sentidos em aberto [cujo] desenrolar dependerá, e muito, da disposição ao diálogo dos coletivos de ambos os lados” (Maria das Dores Campos MACHADO & Fernanda Delvalhas PICCOLO, 2010, p. 237). É necessário mesmo ter paciência, pois, segundo o Papa Francisco:

Não podemos ficar parados na nostalgia do passado, nem nos limitar a repetir sempre as mesmas coisas. Precisamos da paciência corajosa de caminhar, explorar novos caminhos, procurar aquilo que o Espírito Santo nos sugere¹².

A passagem é clara nos termos de seus contrapontos. De um lado: paralisação, passado, nostalgia, as “mesmas coisas”. De outro: movimento, mudança, ousadia, abertura para o novo. O ponto de equilíbrio quanto aos ritmos, dosagem e direção dependem da mediação do Espírito Santo nos termos de suas sugestões. Na medida em que o

¹² Disponível em: <https://franciscanos.org.br/noticias/papa-a-paciencia-de-deus-nao-exige-perfeicao-mas-generosidade-do-coracao.html#gsc.tab=0>. Acesso em: 18 nov. 2021.



Papa é a maior autoridade da Igreja, a última palavra sobre a correta interpretação do sentido dessa sugestão cabe ao próprio pontífice.

Independente das dimensões específicas envolvendo a questão das “periferias existenciais”, importa aqui pensar nos seus impactos institucionais. Retomando a questão da crise apontada no início desse texto, problemas dessa natureza recolocam a Igreja Católica no centro dos dilemas e encruzilhadas típicas da modernidade. Segundo Koselleck, também citado acima, a modernidade acontece quando o horizonte social de expectativas não se apoia mais nas experiências passadas. O passado é historicizado e construído por contextos mutáveis. Deixa de ser tradição imutável. Num ambiente em que a sociedade se abre ao futuro e ao diferente, as pessoas, bem como as instituições, ficam sujeitas à obrigação de ter que escolher entre as várias possibilidades de ser, de pensar e de fazer. Isso tudo lança luz sobre as instâncias de decisão da Igreja Católica, do seu sistema de direção bem como de sua superestrutura teológica. Estruturas que apesar do Concílio Vaticano II, baseiam-se em concepções de ordem tradicionais que se desenvolveram sobretudo no século XIX (Franz-Xaver KAUFMANN, 2013).

Modelo de organização muito centralizado sob estrito controle clerical que foi bem sucedido no século XIX, mas que na atualidade tem revelado aspectos de fragilidade e paralisação diante de uma sociedade marcada pelo pluralismo dos sistemas de significados, pelo apelo às escolhas pessoais, pela busca de felicidade imediata. Características que traduzem um contexto novo de aceleração das mudanças sociais mediadas pelo progresso da ciência e da tecnologia, bem como por novos modelos de convivência humana como os princípios da democracia e dos direitos humanos. Contexto de crescimento econômico e abundância material para alguns setores, mas que vai de maneira crescente revelando suas contradições em termos de impactos ambientais e também sociais, na medida em que as reestruturações produtivas vêm gerando populações excedentes sem perspectivas de serem reintegradas no Sistema. Gerando, portanto, uma desigual distribuição da riqueza disponível. Isso tudo associado a uma ampliação da esfera pública proporcionado pelo avanço dos meios de comunicação. Caixa de ressonância global e de visibilidade total. Campo de luta e de emergência dos conflitos



reais, potenciais e virtuais. Sem falar nos radicalismos e polarizações de todas as ordens. Nenhum ator relevante hoje está imune às lógicas dessa nova arena mundial.

Em situações como essa, não é estranho que as instituições se agarrem a modelos e concepções que aparentemente funcionaram no passado. A abertura para o futuro e o novo pode deixar de funcionar como princípio de orientação da conduta quando o próprio futuro se dilui enquanto alternativa e transforma-se numa ameaça ao existente¹³. Nesse sentido, e finalizando, as questões colocadas diante da Igreja Católica Romana nesse contexto de modernidade tardia, bem como as esferas em que suas respostas serão julgadas e debatidas, exprimem, ao mesmo tempo, sua relevância e seu prestígio, mas também o sentido de sua trajetória num futuro próximo.

REFERÊNCIAS

- BENEDETTI, Luiz Roberto. Novos rumos do catolicismo. In: CARRANZA, B e outros (Org.). **Novas Comunidades Católicas**. Aparecida/SP: Idéias & Letras, , p. 17-32. 2009.
- BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Diversidade**: Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2020.
- KAUFMANN. Franz-Xaver. **A crise da Igreja**. Como o cristianismo sobrevive? São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- LECHNER, Norbert. Responde a democracia à busca de certeza?. **Lua Nova**: revista de cultura política, n. 14, p. 23-37, 1988.
- LIMA, Luís Corrêa. O papa e as questões de família: às voltas com gênero e orientação sexual. **Mandrágora**, v. 23, n. 2, p. 27-47, 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/8326/6055>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- LIMA, Luís Corrêa. Os LGBT e o pontificado de Francisco. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 117-143, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3481/3588>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; PICCOLO, Fernanda Delvalhas (Orgs.) **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 268 p.
- MAIO, Eliane Rose; ROSSI, Jean Pablo Guimarães. “Gelo no pênis, exorcismo e medo”: gênero, sexualidade e religião em relatos de seminaristas e padres homossexuais.

¹³ Cf. Luiz Roberto BENEDETTI (2009) e Norbert LECHNER (1988), entre outros.



Mandrágora, v. 27, n. 1, p. 119-151, 2021. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/10870/7770>. Acesso em: 30 out. 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**. 32 (03), set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 49, p. 40-59, mar./mai. 2001.

PASSOS, João Décio; JESUS, Leomar Nascimento de. Papa Francisco: um sinal de contradição? **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 80, n. 317, p. 634-663, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/2242/1939>. Acesso em: 5 nov. 2021.

PASSOS, João Décio. As reformas do Papa Francisco: conjuntura, significados e perspectivas. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 49, n. 2, p. 353-374, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3705/3824>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite. Igreja Católica e homossexualidade: conflitos e perspectivas. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 164-177, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/22145>. Acesso em: 18 out. 2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **Igreja: contradições e acomodação: ideologia do clero católico sobre o comportamento reprodutivo**. São Paulo, Brasiliense-Cebrap, 1978.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. A trajetória dos Direitos Humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral. In: OLIVEIRA, P. R.; MORI, G. (Orgs.). **Mobilidade religiosa: linguagens, juventude, política**. São Paulo: Paulinas, 1 ed., p. 75-88, 2012

Submetido em: 10-12-2021

Aceito em: 1-6-2022